

Equipe quer formar Reserva Social

BRASÍLIA — Na próxima semana, o Governo proporá ao Congresso Nacional, através de emenda constitucional, a retenção por dois anos de 15% de todos os recursos arrecadados pela União — inclusive aqueles transferidos constitucionalmente para estados e municípios — que serão destinados à formação da Reserva Social de Emergência, de US\$ 15 bilhões, segundo o plano.

A reserva, segundo anunciou o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, será usada para financiar gastos na área social — saúde, educação e programa de combate à fome, mais especificamente.

Além da retenção das transferências, a Reserva de Emergência contará também com recursos adicionais arrecadados pelo aumento generalizado de 5% sobre as alíquotas de todos os impostos, também anunciado ontem.

Fernando Henrique disse que o Congresso indicará aonde e como será feita a distribuição dos recursos da reserva.

— Será uma espécie de imposto interno ao aparelho do Estado

— disse o ministro, argumentando que os estados e municípios não sairão perdendo com a retenção de parte das transferências, porque os recursos reverterão para seus próprios projetos sociais.

Segundo Fernando Henrique, o ajuste fiscal exigiu alterações nas receitas dos estados e municípios, porque a vinculação imposta pela Constituição de 1988 deixou menos de 20% da arrecadação federal disponível para o Governo realizar seus próprios projetos.

— O Governo está sitiado, em termos orçamentários. É uma república das vinculações — queixou-se o ministro da Fazenda, ao dizer, enfático, que “pedem ao Governo que, com cada vez menos, ele faça cada vez mais”.

Fernando Henrique Cardoso manifestou convicção de que o Congresso vai apoiar a suspensão das transferências dos recursos da União:

— Tenho certeza de que o país entenderá e que o Congresso Nacional não faltará ao país, aprovando a emenda.